

- XL -**A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: AGENDA GLOBALMENTE ESTRUTURADA?****Carolina de Moura Vasconcelos**

. Universidade Estadual de Maringá.
carolvasconcelos.uem@gmail.com

Telma Adriana Pacifico Martineli

. Universidade Estadual de Maringá.
telmamartineli@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O período pós-crise de 1970, que refletiu em uma nova regulação econômica, social e ideológica sob a configuração neoliberal, marcou as décadas seguintes, principalmente de 1990. Quando a educação passou a ser alicerçada na égide das necessidades da reestruturação produtiva, sob influência dos organismos internacionais, em conjunto com os Estados nacionais e agentes locais.

Assim, neste estudo, buscamos analisar a agenda globalmente estruturada para a Educação (AGEE), a partir do estudo Dale (2004) e de Souza (2016) e sua relação com a política educacional brasileira no contexto político atual. E nesta pesquisa tomaremos a concepção de Tello e Mainardes (2012, p. 9), de que “[...] a especificidade da análise de uma política de educação é complexa e faz parte de uma totalidade social, por essa razão e a partir dessa perspectiva é a chave para o estudo da gênese, do movimento e das contradições das políticas educacionais”.

A AGENDA GLOBALMENTE ESTRUTURADA PARA A EDUCAÇÃO

A Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE) compreende o conjunto de dispositivos político-econômicos que organizam a economia global e que de alguma forma refletem suas ações na educação (DALE, 2004). Porém, esta agenda não é operada de maneira articulada, ela possui divergências entre os organismos, em que por vezes é mais representada por uma instituição e por vez, por outra (SOUZA, 2016). Segundo Mainardes e Alferes (2014, p. 408) a AGEE permite estabelecer

[...] as ligações que ocorrem entre as mudanças na economia mundial e as mudanças na política e na prática educativa, com o intuito de mostrar como que uma nova força supranacional afeta os sistemas educativos nacionais e como é que os estados interpretam e respondem a uma agenda comum estruturada para a educação.

Portanto, as políticas educacionais consistem em: fixação de normas para a melhora do desempenho educacional, com a focalização na numeracia e letramento; no uso de modelos de gestão empresarial; e na adoção de avaliações de desempenho (DALE, 2004; SOUZA, 2016).

Por fim, compreende-se que a AGEE não é uma lista de imposições, mas uma tendência que pode ser assumida por um determinado país de acordo com o seu contexto (DALE, 2004; SOUZA, 2016). Além disto, em meio às influências da ideologia neoliberal, há um emaranhado complexo de relações que somente por ser explicado pelas condições do sistema capitalista de produção.

A influência da AGEE nas políticas educacionais brasileiras não significa que são tomadas de maneira pacífica e voluntária, pois os estados e países podem tomar decisões por caminhos diferentes daqueles pontuados na agenda. Entretanto, adverte Souza (2016, p. 473) que “[...] trata-se de decisões tomadas no contexto do capitalismo, em sua fase globalizada”. O que significa que os desenvolvimentos regionais mesmo que tomem decisões que se diferem da AGEE, são articulados, predominantemente, à lógica do capital e as necessidades de uma sociedade de classes.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO POLÍTICO REACIONÁRIO: UMA AGENDA ANTIDEMOCRÁTICA

O contexto político brasileiro tem sofrido um retrocesso para a democracia do país, principalmente a partir de 2016, o mal-estar da democracia já apresentou seus indícios em 2013, com as fortes ações da operação Lava Jato e em 2014 com a eleição acirrada entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, agravado com a inconstitucionalidade do *Impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016 (DUARTE, 2016).

De acordo com Silva *et. al.* (2016) a entrada de Michel Temer como presidente em 2016 foi caracterizada como golpe de estado, que sem legitimidade política, realizou modificações nas políticas educacionais. Foram elaborados e realizados projetos de leis como a Proposta da Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, que limitam os gastos com saúde e educação por 20 anos, ataques aos direitos das

mulheres, dos LGBTIs, aos serviços públicos, censuras nas escolas com a Escola sem Partido. Além, dos cortes em políticas públicas, como Financiamento estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Ciências sem fronteiras, e para finalizar a elaboração de forma aligeirada da Base Nacional Comum Curricular.

Segundo Avritzer (2018), o governo de Temer estruturou uma agenda própria que se difere do programa da chapa eleita. Isto demonstra que o governo tomou medidas que se aproximam da AGE, principalmente as medidas educacionais, que cada vez mais equipara a educação aos modelos de gestão empresarial. A estruturação desta nova agenda não segue um caminho democrático, pois as modificações iniciaram em um golpe de estado, seguidas de medidas e projetos de leis impostos, desconsiderando às críticas de entidades e instituições representativas da sociedade. A regressão democrática do país prosseguiu no mandato de Jair Bolsonaro, cujas ações continuam as medidas definidas em um governo de golpe de estado, retira os direitos sociais e as liberdades individuais por meio de projetos de leis e emendas constitucionais atendendo a AGE.

Apesar reação antidemocrática, há resistência de grande parte da população, principalmente de movimentos sociais, como de negros, indígenas e LGBTIs. Movimentos representados por minorias, que lutam pelos direitos sociais e culturais desde o período da constituição de 1988.

No âmbito da educação os movimentos de resistências podem ser identificados nas sociedades científicas organizadas, como a SBPC; na ANPED, que tem, insistentemente se posicionado por meio de cartas de repúdio às medidas educacionais recentes; a ANPAE e ANDES, entre outras entidades representativas, que apesar do momento crítico e de tendência repressora, lutam por uma agenda para a justiça social

No entendimento de Cristiano e Martins (2008, p. 21): “São estes atores sociais que pressionam o Estado de forma mais incisiva, garantindo alguns avanços nas políticas sociais que beneficiam a população em geral [...]”. Por isto, a implementação de políticas não é algo determinado de forma pacífica e harmônica, existem conflitos e resistências que bloqueiam e/ou dificultam o avanço antidemocrático.

CONCLUSÃO

A agenda globalmente estruturada configura uma concepção de educação enquanto mercadoria (DALE, 2004) e, quando assumida pelos países, trazem aspectos de gestão empresarial para as políticas educacionais. No Brasil, medidas que vem sendo implementadas

desde o governo de Lula e Dilma, se intensificaram a partir de 2016 com cortes de gastos, focalizações em ensinamentos técnicos voltados para competências e eficiência no trabalho.

O contexto brasileiro demonstra que a política educacional tem se aproximado das determinações desta agenda, com o agravante direcionamento para uma agenda antidemocrática, principalmente a partir do golpe de estado em 2016.

A regressão democrática vem acontecendo, mas possui na sua contramão movimentos sociais de resistência que lutam pelos direitos de toda população. As constantes lutas de classes em uma sociedade capitalista permanecem, e é na classe trabalhadora que encontraremos resistência para as medidas que retiram os direitos sociais.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estud.** São Paulo, v. 37, n. 02, 2018.

CRISTIANO, M; MARTINS, S. O. **A interação movimentos sociais/educação.** Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Londrina, 2008.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a Existência de uma “cultura educacional Mundial comum” ou localizando uma “agenda Globalmente estruturada para a educação”? **Educ. Soc.** Campinas, v. 25, n. 87, 2004.

DUARTE, H. **A inconstitucionalidade do impeachment da ex-Presidente Dilma: por uma análise constitucional do/no Estado Democrático de Direito.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 153, out 2016.

MAINARDES, J; ALFERES, M. A. Sociologia das políticas educacionais: contribuições de Roger Dale. **Atos de Pesquisa em Educação.** Paraná, v. 9, n. 2, 2014.

SOUZA, A. R. A teoria da agenda globalmente estruturada para a educação e sua apropriação pela pesquisa em políticas educacionais. **RBPAE**, v. 32, n. 2, 2016.

SILVA, M. R; PIRES, G. L; PEREIRA, R. S. A Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica em tempos de neoconservadorismo e de “neoliberalismo que saiu do armário”; mas também de tempos de resistência: Fora Temer!!! **Motrivivência.** Santa Catarina, v. 28, n. 48, 2016.

TELLO, C; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: Debates teóricos en torno a las perspectivas neomarxista, pluralista y pos-estructuralista. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, V. 20, N. 9, 2012.